

21

CAPÍTULO

O PIONEIRISMO DA ESCOLA PAZ E FRATERNIDADE NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM IPAMERI-GO

Laressa Rodrigues Rocha¹

Dulcéria Tartuci²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar a análise realizada sobre a história do atendimento educacional de pessoas com deficiência em Ipameri-GO, tendo como referência a Escola Paz e Fraternidade e discutir sua

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação, Unidade Acadêmica Especial de Educação/Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Educação, Unidade Acadêmica Especial de Educação/Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil.

E-mail de contato: laressarocha@gmail.com; dutartuci@brturbo.com.br

importância no cenário educacional do estado. A pesquisa é qualitativa, os procedimentos metodológicos utilizados foram o levantamento das escolas da região sudeste do estado de Goiás e a entrevista semiestruturada. Por meio da análise, se verificou que o surgimento da escola foi a primeira iniciativa oficial de oferta de educação para as pessoas público-alvo da Educação Especial, sendo que inicialmente foi instituída para atender os excluídos que estavam matriculados nas escolas comuns da rede regular. A iniciativa se deu a partir da fundação da escola por uma educadora, que foi diretora da instituição por várias décadas. A escola era mantida por uma associação sem fins lucrativos e contava com convênios com o poder público municipal e estadual. Pela análise dos dados, constatamos a importância da escola para o cenário da Educação Especial do estado de Goiás, uma vez que ela promove a educação das pessoas com deficiência da cidade e da região, atendendo ao longo dos seus 45 anos milhares de alunos.

Palavras-chave: Deficiência. Acesso à educação. Escola especial.

Abstract: The present work has as objective the analysis about history educational assistance to people with inability in Ipameri-Go, taking as a reference the School Paz and Fraternity, and discuss its importance in the educational scenery in the state. The research is quantitative and the methodological procedure used were enlisting of schools in the southeast region of Goiás and an structured interview. Throughout the analysis we found that the beginning of the school was the first official attempt of offering education to people target audience of special education where at first it was instituted to support the “excluded who were enrolled at common schools of regular education The initiative has happened from the foundation of the school by an educator, who was director of the institution for decades. The school was kept by an non-profit association and kept agreement with town and state public powers. Through the analysis of data we check the importance of the school to the scenery of special education in the state of Goiás, once it promotes the education of people with inabilities from town and region around, serving throughout its 45 years and thousands of pupils.

Keywords: Disabilities, Access to education, Special school.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial é um tema que há pouco tempo tem ganhado espaço no cenário mundial. Segundo Santos (2013), foi no século XX que se iniciaram os movimentos sociais contra a discriminação e em defesa de uma sociedade inclusiva. Em busca de arrostar esse desafio, aconteceu em 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, e depois a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais em 1994, em Salamanca, as quais começaram

a estabelecer as políticas de acesso a uma educação para todos, pensar os rumos para a Educação Especial e os meios de tornar a escola um espaço inclusivo.

A partir dessas conferências, cada país principiou a criar suas próprias políticas de acesso e integração, que, desde então, vêm sofrendo significativas modificações por meio de leis e decretos que são sancionados no país, nos estados e nos municípios.

A Educação Especial vem sofrendo várias mudanças desde o seu surgimento. Nesse contexto, novas políticas de acesso e permanência das pessoas com deficiência³ na escola foram implementadas, entretanto, o processo de educação dessas pessoas ainda requer muitas alterações para romper com seu caráter assistencial em favor de uma visão de educação como direito. Embora a Educação Especial apresente tantas mazelas, é preciso reconhecer o papel que desempenhou no acesso dessas pessoas à educação escolar.

Os questionamentos que permeiam nossa discussão são o que motivou a criação de escolas especiais no sudeste goiano, em especial, a da Escola Paz e Fraternidade de Ipameri-GO, e qual a sua contribuição na edificação da Educação Especial em Goiás e no atendimento educacional das pessoas com deficiência.

Inicialmente, fazemos uma revisão bibliográfica para retratar o histórico da Educação Especial no Brasil e em Goiás, a fim de fundamentar nossa pesquisa. Na sequência, apresentamos os objetivos da pesquisa. Logo após, elencamos os procedimentos metodológicos que utilizamos, tendo em vista que optamos pela pesquisa documental e realizamos a análise a partir dos documentos da escola e da entrevista que efetuamos com a fundadora da instituição, procurando relacionar e identificar o processo inicial do atendimento educacional das pessoas público-alvo da Educação Especial. E, por fim, apresentamos as discussões sobre a fundação da instituição e sua importância no cenário da constituição da Educação Especial em Goiás e no Brasil.

Desse modo, este trabalho se justifica por poder ampliar a compreensão acerca da motivação e das propostas que direcionaram as primeiras iniciativas de educação das pessoas com deficiência no sudeste de Goiás. A realização do trabalho se constitui em mais uma fonte de pesquisa e conhecimento nesta área e de contextualização dos primórdios da Educação Especial em Goiás.

A pesquisa está vinculada ao Observatório Nacional de Educação Especial (MENDES, 2010a) e ao Observatório Goiano de Educação Especial. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da UFSCar (Parecer n. 291/2011)

³ O termo que atualmente é utilizado é pessoa público-alvo da Educação Especial, porém, neste trabalho trataremos como pessoa com deficiência em função do recorte temporal que foi utilizado no estudo, em respeito ao modo como os autores tratavam na época.

emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar) e a fundadora da escola assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), permitindo a utilização e divulgação dos dados obtidos na pesquisa. Todos os nomes citados ao longo desse texto são fictícios, inclusive o da entrevistada, garantindo o sigilo, assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s.

2 OBJETIVO

O trabalho tem como objetivo apresentar a análise realizada sobre a história do atendimento educacional de pessoas com deficiência em Ipameri-GO, tendo como referência a Escola Paz e Fraternidade, ressaltando sua importância no cenário educacional do estado, visto que essa foi uma instituição pioneira na região sudeste do estado de Goiás.

Especificamente estabelecemos como objetivos: apresentar o histórico da Educação Especial no Brasil e em Goiás; relatar o surgimento da Escola Paz e Fraternidade e o início do atendimento as pessoas público-alvo da Educação Especial (Pae) e analisar a importância da instituição no cenário educacional no estado de Goiás.

3 MÉTODO

O estudo apresentado tem como característica a pesquisa qualitativa. Segundo Triviños (2009), a pesquisa qualitativa se baseia nos estudos antropológicos e sociológicos, que investigam a vida em sociedade, “parte da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana” (TRIVIÑOS, 2009, p. 129).

A população foi composta pela fundadora e primeira diretora da Escola Paz e Fraternidade de Ipameri-GO. O universo da pesquisa foi a Escola Paz e Fraternidade de Ipameri-GO.

A coleta de dados foi realizada em 2014. Antes de dar início à coleta de dados, lemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com a participante e lhe disponibilizamos uma cópia. Os dados coletados estão armazenados em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade.

Inicialmente, realizamos um levantamento das escolas da região sudeste do estado de Goiás que foram pioneiras na Educação Especial e identificamos que a escola de Ipameri foi a primeira na região a criar uma escola para atender às pessoas público-alvo da Educação Especial. Diante disso, conhecemos o espaço

da escola e conseguimos o contato da fundadora que, após prévio contato, disponibilizou-se a participar da pesquisa.

As narrativas da fundadora e primeira diretora da escola foram coletadas por meio de entrevista, agendada por telefone e realizada em ambiente doméstico indicado pela educadora. Triviños (2009, p. 138) ressalta que nessa técnica “a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico”. Para ele, a entrevista é “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto das novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 2009, p. 146).

Para análise dos dados, utilizamos um conjunto de técnicas partindo da “classificação dos conceitos, a codificação dos mesmos e a categorização” (TRIVIÑOS, 2009, p. 160). Considerando as técnicas citadas, empregamos as três etapas básicas de análise sugeridas por Bardin: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial, que se desdobram: a) Pré-análise: organização do material; b) Descrição Analítica: estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referencial teórico; e c) Interpretação Inferencial: análise para aprofundar as conexões das ideias.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Educação Especial começou a ser pensada no Brasil no final do século XIX, quando o Imperador Pedro II criou no Rio de Janeiro, em 1854 e 1856, “o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente, na República, denominado Instituto Benjamim Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, mais tarde denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos” (ALMEIDA, 2003, p. 13).

No século XX, podemos citar, na década de 1920, os trabalhos da psicóloga russa, Helena Antipoff que, segundo Mendes (2010b, p. 96), “em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que a partir de 1945, iria se expandir no país” e, no ano de 1939, “criou uma escola para crianças excepcionais, na Fazenda do Rosário, que pretendia integrar a escola à comunidade rural adjacente, dando início ao Complexo Educacional da Fazenda do Rosário”, e, em 1945, fundou a Sociedade Pestalozzi do Brasil no Rio de Janeiro, contribuindo muito para a educação especial em todo o país.

Entre as décadas de 1930 e 1940, Mendes (2010b) afirma que ocorreram várias mudanças no panorama da educação nacional como o “desenvolvimento do ensino primário e secundário, a criação do ministério da educação e da saúde, a fundação da Universidade de São Paulo, o crescimento das escolas técnicas e a reorganização de algumas escolas do magistério” (MENDES, 2010b, p. 98). Após

a Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou novas políticas e, conforme Mendes (2010b), “entre 1950 e 1959 houve a maior expansão no número de estabelecimentos de ensino especial para portadores de deficiência intelectual” (MENDES, 2010b, p. 98).

No ano de 1954, foi criada a primeira Escola Especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na cidade do Rio de Janeiro, e podemos notar a partir dessa instituição um crescimento dessas escolas pelo país, que passaram a ser assistidas pelo governo, em especial após a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, que nos artigos 88 e 89 garantia acesso à escola aos excepcionais e, ainda, às escolas privadas era garantida a sua manutenção por meio de bolsas e incentivos.

Em 1985, foi lançado o Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência, que trazia como recomendação que o ensino para pessoas deficientes deveria ocorrer nas escolas convencionais em vez de ser em escolas especiais. Essa perspectiva passou a permear a política nacional a partir da Constituição Federal de 1988, que em seus dispositivos define que a educação é um direito fundamental e estabelece as diretrizes da política de educação inclusiva no país, levando em consideração o direito de todos à igualdade, com vistas ao desenvolvimento pleno, e a garantia de que ao cidadão serão dadas todas as condições, no sentido de prepará-lo para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1988)

Em 1996, foi promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação que traz novas diretrizes para a educação nacional e determina, no art. 4, que “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de”, entre outras coisas, “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, art. 4, inciso III).

O final da década de 1990 ficou marcado pelo contexto da reforma educacional e do debate sobre a inclusão escolar, em que havia uma pressão para adotar as políticas de educação para todos e educação inclusiva, o que causou um caloroso debate pela inclusão escolar que, segundo Mendes (2010b), envolvia “uma dicotomização do campo entre os adeptos da educação inclusiva e os adeptos de uma visão mais radical baseada na inclusão total”. Esse debate se acirrou ainda mais com a imposição de medidas políticas mais radicais e pouco consensuais, porém, o que se observa é a pouca eficácia desses métodos e a manutenção das políticas assistencialistas.

A partir de 2001, foram lançados programas de inclusão aos alunos com deficiência na rede regular de ensino, como: salas de recursos, espaços interativos para os alunos com deficiência, professores de apoio, professores de recursos, professores intérpretes (atual tradutor intérprete de língua de sinais – TILS ou

intérprete de Libras) e outros. Portanto, ainda não se evidenciava uma inclusão real, tendo em vista que esses programas não conseguiam atingir todos os alunos, pois ainda havia um percentual pequeno de alunos com deficiência inseridos na realidade escolar. Sobre essa questão e sobre as limitações das políticas de inclusão, Mendes (2010) esclarece que:

O debate sobre a questão da Educação Inclusiva é hoje um fenômeno de retórica como foi à integração escolar nos últimos 30 anos. O paradoxo é que ao mesmo tempo em que se trata de uma ideologia importada de países desenvolvidos, que representa um alinhamento ao modismo, pois não temos lastro histórico na nossa realidade que a sustente; não podemos negar que na perspectiva filosófica, a inclusão é uma questão de valor, ou seja, é um imperativo moral. Não há como questioná-lo nem na perspectiva filosófica nem política, porque de fato se trata de uma estratégia com potencial para garantir o avanço necessário na educação especial brasileira. (MENDES, 2010, p. 106)

Podemos apontar que mesmo diante de limitações a Educação Especial ganhou espaço e tem sido discutida no cenário nacional. Nesse contexto, leis e resoluções têm sido aprovadas, como a nova LDB de 1996, o Parecer 17 de 2001, que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e a Resolução nº 2 de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e garantem o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades na escola.

A partir de 2001, com a instituição das Diretrizes, conforme Tartuci, Cardoso e Freitas (2013, p. 2), notamos algumas alterações para implantação da inclusão escolar que “impulsionou a ampliação do acesso à escolarização para todos, incluindo a oferta do AEE”. A Educação Especial se pautava nos serviços de apoio pedagógico especializado, mas é a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, em 2008, do Plano de Desenvolvimento da Educação, em 2007, e do Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado (extinto pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011), que ocorre a ampliação da política de Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio das salas de recursos multifuncionais.

Assim, Mendes Junior e Tosta (2012, p.13), ao analisarem documentos que norteiam as políticas de Educação Especial, apontam que: “As mudanças nessa modalidade provocaram alterações no modo de definição da área, na redefinição do público para o qual essa modalidade de ensino se destina e, conseqüentemente, ocasionaram transformações no que se refere à organização do ensino e na estruturação dos serviços relativos à modalidade em todo o território nacional”.

A Educação Especial foi marcada por mudanças expressivas que podem ser entendidas num espaço de avanços e retrocessos no intuito de se garantir a esco-

larização dos alunos com deficiência. Assim, as discussões realizadas ao longo de todo o século XX definem que “as políticas implementadas, ainda que de forma gradativa, se constituíram em mecanismos que contribuem para o fortalecimento da educação numa perspectiva inclusiva” (MENDES JUNIOR; TOSTA, 2012).

Desse modo, apresentamos a seguir algumas considerações sobre o processo de inclusão e o surgimento do ensino especial no estado de Goiás em detrimento das políticas nacionais voltadas para as pessoas com deficiência.

5 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM GOIÁS

A história da Educação Especial em Goiás se iniciou por meio do *ensino especial* ofertado por instituições privadas, sem fins lucrativos. Os primeiros relatos de surgimento vêm da cidade de Trindade com a criação da vila São Cotolengo, no ano de 1952, que prestava serviços às pessoas com deficiência, porém, sem se voltar para a área educacional.

No ano seguinte, em 1953, foi criado o Instituto Pestalozzi de Goiânia, que deu início, em convênio com a rede pública estadual, à Educação Especial no estado, por meio da Lei nº 926, “no intuito de atender aos alunos com deficiência, apesar de ter sido inaugurado apenas em 25 de janeiro de 1955” (ALMEIDA, 2003, p. 13).

Almeida (2003, p. 13) explica que “como em todo o Brasil, a Educação Especial em Goiás expandiu-se no setor público mediante as ações e ao incentivo do governo federal”. Assim, aos poucos as cidades goianas começaram a pensar em locais de atendimento aos deficientes e as escolas começaram a receber esse público. Almeida (2006) acrescenta ainda que:

Entre 1960 e 1970, instituições particulares de cunho filantrópico e de caráter assistencial são implantadas no estado de Goiás: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Sociedade Pestalozzi. Surgem também com apoio financeiro do governo outras entidades particulares conveniadas tais como: Centro de Orientação e Reabilitação ao Encefalopata (CORAE) e Centro de Reabilitação Especial São Paulo Apóstolo (CRESPA). (p. 58-59)

O processo de integração das pessoas com deficiência no ensino regular começou na década de 1970, “na época a ordem era integrar” (ALMEIDA, 2003, p.18). Muitas escolas regulares de todo o estado aderiram a essa modalidade de atendimento e receberam os deficientes auditivos, mentais e visuais em salas especiais.

Seguindo a política pública de Goiás, no ano de 1973, o Estado, por meio da Secretaria de Educação, criou a Seção de Ensino Especial que, no ano de 1976, se tornou a Divisão de Ensino Especial que atendia ao então Primeiro Grau, hoje Ensino Fundamental II. Em 1974, ocorreu a implantação das classes especiais

para os deficientes mentais leves (DML), classes essas que foram extintas no ano de 1999 e seus alunos remanejados para as classes comuns da rede regular.

A Divisão de Ensino Especial, no ano de 1982, tornou-se a Unidade de Educação Especial (UEE), por meio da Portaria nº 1.674, passando a vigorar como órgão de Educação Especial do Estado. Almeida (2006, p. 59) ressalta que, “no mesmo ano, a Unidade de Educação Especial intensifica as classes especiais nas escolas regulares, salas de recursos e promove a capacitação de pessoal docente e técnico” e que, apesar do “princípio da integração”, investe em recursos e no fortalecimento dos convênios privados para expandir as escolas especiais estaduais.

Em 1987, a UEE foi substituída pela Superintendência de Ensino Especial (SUPEE), por meio da Lei nº 10.160 de 9/04/87. Almeida (2006) destaca que a finalidade da SUPEE era:

Direcionar o Ensino Especial em todo o Estado de Goiás, com a competência de elaborar e fazer cumprir diretrizes, planejar, coordenar, supervisionar, assessorar e executar os programas de Educação Especial em todos os níveis, da pré-escola ao 3º grau, em parceria com as outras Superintendências de Ensino, Subsecretarias, Secretarias Municipais de Ensino e Universidades, com o objetivo de integrar as pessoas com necessidades especiais. (p. 59)

Com o intuito de assegurar seus objetivos o governo garantiu à SUPEE autonomia financeira e administrativa, com o fim de “conseguir expandir o atendimento às pessoas com deficiência na rede estadual, com a abertura de novas escolas e classes especiais, salas de recursos e de apoio” (REZENDE, 2008, p. 70).

A partir de 1999, a SUPEE adotou a sigla SUEE e consolidou seu discurso sobre a política de Educação Inclusiva em Goiás. No dia 9 de outubro de 2000, foi instituído o Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva (Peedi), cujo foco era “apoiar e propor diretrizes e orientações às escolas do nosso Estado, para que desenvolvessem uma prática inclusiva que realmente valorizasse as diferenças” (REZENDE, 2008, p. 74).

Esse programa foi sugerido com o foco de reformular a política de Educação Especial de Goiás e implantar a educação inclusiva, tendo em vista a necessidade de começar a atender as demandas previstas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, nos Pareceres CNE/CEB nº 17/2001, que trata das Diretrizes nacionais para Educação Especial na Educação Básica, e no CNE/CEB nº 2/ 2001, que institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, dentre outras.

O programa visava tornar a Educação Especial “mais eficaz e moderna, adotando como premissa básica a filosofia de educação inclusiva voltada não só ao

aluno da Educação Especial, mas a todos, sem qualquer distinção e capazes de contribuir de maneira significativa para o crescimento da qualidade do ensino no Estado de Goiás” (SUEE/SEE, 1999, p. 9 *apud* REZENDE, 2008, p. 74).

No mesmo ano de 1999, a SUEE reestrutura o Ensino Especial, extinguindo as nove modalidades de atendimento da rede estadual de ensino (Escola Especial, Oficina Pedagógica, Estimulação Essencial, Atendimento Hospitalar e Domiciliar, Classe Comum, Classe Especial, Classe Integradora, Sala de Recursos, Classe Comum com Apoio Especializado), e adota dez novos projetos (Escola Inclusiva, Refazer, Comunicação, Prevenir, Hoje, Depende de Nós, Unidade de Referência, Caminhar Juntos, Despertar e Espaço Criativo). Sobre esses novos projetos Almeida (2006) aponta que houve o acompanhamento e o recebimento de orientações de equipes multiprofissionais da SUEE, e:

Para a sustentação desse Programa foi criada uma rede de apoio envolvendo famílias, profissionais, autoridades, empresários, organizações governamentais e não governamentais, estruturação do Setor de Apoio à Inclusão do Estado e dos municípios parceiros, realização de encontros pedagógicos com temas para compreensão da Educação para Diversidade, realizados nos setores de Apoio à Inclusão e abertos à comunidade, e outras ações como os Cursos de Mediação Pedagógica voltados para a formação de professores inseridos no contexto da Educação Inclusiva. (p. 63)

Em 2001, aconteceu o Encontro Estadual de Secretários Municipais de Educação para a apresentação do Programa Estadual de Educação Inclusiva. Em 2002, muitos secretários assinaram o Termo de Adesão, na intenção de transformarem suas escolas em inclusivas. No ano de 2004, a Secretaria de Estado da Educação – SEE, através da SUEE, “define por meio de um documento os valores, perfis, atribuições e objetivos que visam consolidar a Educação Inclusiva em Goiás” (ALMEIDA, 2006, p.63).

Assim, modificações foram ocorrendo articuladas às novas políticas de acesso e permanência na escola, e podemos observar que esse processo ainda requer muitas discussões para se pensar em uma Educação Especial que atenda aos alunos não só numa visão assistencial, mas, acima de tudo, educacional. Ressaltamos que retratamos apenas o contexto vivenciado na época do surgimento da escola para apresentarmos o cenário presente da educação nacional e estadual sobre a Educação Especial.

6 A ESCOLA PAZ E FRATERNIDADE E O INÍCIO DO ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A Escola Paz e Fraternidade, fundada no ano de 1969, iniciou suas atividades no dia 3 de março do decorrente ano, na cidade de Ipameri-GO. De início, a

escola foi instalada na sede do Grêmio Espírita Paz e Fraternidade, sendo mantida pela Associação Adelino de Carvalho⁴.

A motivação de criar a escola surgiu após verificação na cidade de que havia muitos alunos entre 10 e 12 anos já evadidos das escolas por não terem realizado a alfabetização, como narra a fundadora da escola na entrevista: “No Natal de 1967, eu saí com a Magali⁵ para umas visitas e eu fiquei observando as crianças, e perguntava: Onde você estuda? E elas diziam que não estudavam. Em janeiro de 1968, eu falei com a Margarida, escuta: no Grêmio⁶ tem duas salas, me empresta essas salas, eu vou fazer uma experiência porque esses meninos não têm nada de anormal”.

A Escola começou com vinte alunos, funcionando em duas salas do Grêmio, que sofreram adaptações, o quadro de funcionários contava com uma professora, uma merendeira e a diretora. De início, pensava-se em atender apenas aos alunos que estavam fora da escola ou que não tinham oportunidade de escolarização. A primeira turma da escola foi de alfabetização. O foco era atender os alunos dentro das suas limitações.

Com essa preocupação, a escola começou a ser idealizada: a sala da alfabetização demandou o início dos trabalhos com o jardim de infância. Desse modo, para um primeiro momento, as necessidades foram supridas, depois, porém, houve um aumento progressivo no número de alunos e se tornou necessário pensar em se ter um local mais adequado.

Como mencionado antes, no primeiro momento, a escola foi pensada para atender alunos com dificuldades de aprendizagem que estavam fora da escola, porém, um dia chegou à escola a Irmã Madalena⁷ com uma criança com deficiência que sensibilizou a diretora. Esse encontro foi o incentivo para iniciar o trabalho com as crianças com necessidades especiais, como ela mesma nos narra:

O negócio foi fluído, mais eram só com crianças de ensino regular. Um dia a irmã Madalena, era uma freira norte americana que tinha um trabalho voltado para paz, chegou à escola.

Ela chegou com um menino que era epilético, ele teve paralisia infantil e andava de mula. Ela dizia que tinha passado por todas as escolas com ele e ele não parava lá, “e a situação é muito difícil e porque eu ainda acho que ele tem um retardo”. Eu

⁴ A Associação Adelino de Carvalho é uma instituição de assistência, promoção social e educação, sem fins lucrativos.

⁵ Magali, nome fictício de uma das idealizadoras da Associação Adelino de Carvalho. Na época, presidente do Grêmio Espírita Paz e Fraternidade e do Abrigo Filantrópico Alfredo Júlio.

⁶ O Grêmio Espírita Paz e Fraternidade é um dos departamentos da Associação Adelino de Carvalho, que funciona como casa de oração, um centro espírita com reuniões semanais sobre a doutrina espírita.

⁷ Irmã Madalena, nome fictício de uma freira que trabalha na cidade e foi citada pela entrevistada.

falei, olha vamos ver, porque eu não tenho condições de ficar com esse menino. Ela sentou e começou a chorar, e disse: sabe, a mãe desse menino é lavadeira, para ela sair para trabalhar ela amarra o Flávio numa árvore, para poder sair, senão os meninos da vizinhança mexem com ele e ele roda a muleta.

“Você faz o quê?”, aí eu consegui uma pessoa, que orientada começou o trabalho com o Flávio.

Logo após a chegada do Flávio⁸, vieram outras crianças, até que as instalações da escola não comportavam mais o quantitativo de aluno na sede do Grêmio.

Assim, a escola começou a atender crianças com problemas educacionais. Atendia crianças com distúrbios neurológicos, paralisia cerebral, deficiência auditiva, deficiência visual total, desadaptados sociais, enfim, toda criança que a rede escolar local não tinha condições de atender. Desde então, o número de alunos aumentou na escola que passou a receber aqueles que não tinham como pedagogicamente ser atendidos pelas demais escolas.

Desde o primeiro atendimento às pessoas com deficiência, a escola começou a se aprofundar nesse trabalho, devido à grande demanda recebida, passando a atender exclusivamente as pessoas público-alvo da Educação Especial na década de 1970.

Iniciou-se, a partir de então, o ciclo de integração que, segundo Almeida (2006), proporcionaria “a possibilidade de integração das pessoas com deficiência capazes de se adaptarem às escolas do ensino regular, principalmente, por meio das classes especiais”. Assim, “[foram] inúmeras as escolas regulares de todo o Estado que aderiram a esta modalidade de atendimento” (ALMEIDA, 2006, p. 18).

Em 2000, a escola voltou a atender alunos da rede regular em salas de recursos e reforço especial, que perduraram até o ano de 2013, quando a instituição passou a seguir as diretrizes nacionais e transformou-se em Centro de Atendimento, vinculando-se à Associação Pestalozzi.

A escola sempre teve a preocupação com a socialização das crianças, pois muitas precisavam ser reintegradas à sociedade. E também se aprendia com a qualidade do ensino proposto, haja vista que os alunos só mudavam de turma quando realmente obtinham ganhos satisfatórios. Outro fator destacado pela diretora era a disposição dos funcionários para atender e conviver com os alunos, a esse respeito ela explica que:

As professoras, tanto do convênio Municipal com Estadual, eram escolhidas levando em conta três condições sine qua non: Gostar de criança e ter bom humor, querer trabalho e não emprego. Aliás, todo funcionário (merendeira, jardineiro etc.) eram escolhidos dentro desse critério.

8 Flávio, nome fictício de um aluno citado pela entrevistada.

Havia também uma forma diferenciada no convívio com os alunos, por exemplo, as professoras tomavam lanche com seus alunos. Era a boa oportunidade de ensiná-los a comportarem-se à mesa; não havia o sinal para o recreio coletivo: a professora ia para o pátio com os alunos, quando sentia que o nível de atenção baixava. Podia ocorrer que duas ou mais classes estivessem no recreio ao mesmo tempo. Outras escolas tentaram essa forma de agir, mas não deu certo.

A escola contava ainda, em seu quadro profissional, com uma fonoaudióloga, de Brasília, que vinha de 15 em 15 dias para fazer revisão com as professoras que trabalhavam com os deficientes auditivos, e uma fisioterapeuta, que vinha de Goiânia para dar o treinamento às professoras. Havia também uma professora para trabalhar com deficientes auditivos. A escola possuía uma sala com uma cozinha pedagógica e outra específica com carteiras e aparelhos auditivos para os trabalhos específicos de cada deficiência. Observa-se que, nesse período, ainda não havia pessoas para esses atendimentos no município e até mesmo na região.

Desse modo, o ensino era pensado para atender às necessidades de todos, e “as atividades eram adaptadas ao nível de compreensão dos alunos, além das atividades específicas constantes do Ensino Especial” (trecho retirado da entrevista com a fundadora).

7 O CRESCIMENTO DA ESCOLA E SUA IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO EDUCACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS

A Escola Paz e Fraternidade iniciou os trabalhos somente com a turma de alfabetização e logo expandiu seu ensino, chegando a formar todas as turmas do Ensino Primário, o qual ia da alfabetização à quarta série, que hoje corresponderia ao ensino do 1º ao 5º ano, a primeira fase de Ensino Fundamental I. A proposta inicial, quando a escola se efetivou no município, foi seguir adiante com os alunos até formar todas as turmas que com o tempo se concretizaram.

Para a efetivação da sede própria, a escola contou com as parcerias da prefeitura e do estado. O terreno para construção da escola foi doado pelo prefeito da época. Um deputado estadual disponibilizou uma verba em Goiânia para custear a construção da sede própria da escola situada na Vila Carvalho, a qual contaria com sete salas de aula, um refeitório, uma cozinha e uma sala de coordenação e outra para a direção e os banheiros. Com uma doação de uma senhora viúva da Suíça, que tem a missão até hoje de ajudar instituições sérias, foi construído o restante da estrutura, as quadras (uma coberta e uma aberta), o teatro de arena e as quatro salas auxiliares.

No ano de 1985, a escola passou a funcionar em sua sede própria. Instalou-se em um bairro periférico e promoveu diversas atividades integradoras, sociais, culturais e pedagógicas envolvendo a comunidade escolar, e, segundo documentos

da escola, esse contato tem exercido um importante papel na transformação do bairro, antes considerado turbulento e carente.

Quando o atendimento, assistencial e pedagógico, prestado na escola, começou a ganhar espaço no cenário do município e da região, pessoas das cidades de Catalão, Caldas Novas, Urutaí, Pires do Rio, dentre outras, que tomavam conhecimento do trabalho da escola, vinham procurar atendimento para familiares e amigos. Todos eram acolhidos e atendidos, o que proporcionou vários frutos, como o do relato a seguir:

Chegou um menino de Catalão, os pais levaram, nove anos, inteligente, ele levava vinte minutos para escrever um trecho, porque faltou lá atrás. Trabalhamos com ele e hoje ele está na Alemanha, o embalo, eu dizia para as minhas alunas da Escola Normal, a profissão mais importante que existe é da professora primária, porque são almas que estão ali, é desse começo que eles vão. Ele deslançou fez vestibular na Unicamp estava fazendo medicina quando resolveu fazer química e se deu bem e trabalha lá a convite do governo local.

Outros frutos como esse foram edificados com o empenho e trabalho de todo grupo formado na escola. Após a instalação na sede própria, com o espaço físico apropriado, os alunos completavam ali o Ensino Fundamental I e eram encaminhados para as escolas da cidade que ministravam o Ensino Fundamental II. Cada aluno com deficiência era acolhido em uma escola diferente que teria condições de prosseguir com o ensino deles. Os deficientes auditivos, por exemplo, eram encaminhados para a Escola José Pio de Santana.

A instituição se mantinha com uma verba da Legião Brasileira de Assistência que custeava as despesas de material pedagógico e de uso, além da alimentação, e para manter o quadro de funcionários contava com as parcerias da prefeitura e do estado que pagavam todos os servidores. E havia verbas vindas dos governos das três instâncias, essas não eram mensais, eram eventuais, o que permitia a compra de material permanente.

O quadro de profissionais capacitados que a escola possuía, ajudou na implantação das salas especiais nas escolas da rede estadual de ensino: Michele Santinone, Dom Bosco, Nossa Senhora de Fátima e na Escola da Maçonaria, que ainda na década de 1990 contava com salas de aulas nas suas dependências, promovendo a integração proposta pelo governo de criar as salas especiais nas escolas regulares. A respeito da integração, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, no art. 58, afirma que a integração das pessoas com necessidades educacionais especiais é entendida na Educação Especial como “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Sobre essa experiência, a diretora cita que: “Era interessante observar que às vezes quando a gente dizia que as crianças po-

diam ir para a classe regular, as professoras de fora duvidavam. Eu dizia ‘essa turma vai alfabetizar em três meses’, ‘essa no meio do ano’, ‘essa só no final’, ‘essa só ano que vem’. Tinha que dar tempo para elas constatarem, uma criança que não tem memória visual e a escrita, ou memória auditiva e a escrita, ela não lembra”.

Podemos observar na fala da entrevistada que essa relação da escola especial com as salas especiais no ensino regular foi um desafio e um novo obstáculo posto à instituição, que assumia naquela época o ensino especial e se tornou responsável pela promoção da integração na rede regular de ensino, por meio das salas especiais.

Almeida (2003) diz que o atendimento aos alunos com deficiência em Goiás se iniciou com os esforços de instituições filantrópicas, privadas e sem fins lucrativos, e graças às leis que foram surgindo, o estado sentiu a necessidade de instituir políticas públicas voltadas para essas pessoas e, em paralelo com essas entidades, fortalecer e ampliar o atendimento nas escolas da rede regular de ensino em Goiás. Assim, até o final da década de 1990, podemos perceber a importância das escolas especiais no atendimento às pessoas público-alvo da Educação Especial.

Essas escolas trouxeram muitos resultados e abriram campos para que muitos pesquisadores pudessem ampliar suas discussões e debater sobre as formas de atendimentos, as políticas e os investimentos empregados em prol de uma educação mais eficiente e acessível às pessoas com necessidades educativas especiais.

Pelo histórico apresentado da escola Paz e Fraternidade, podemos notar o impacto do seu trabalho frente à sociedade ipamerina e à toda região sudeste do estado, que também foi atendida por muitos anos por essa instituição. O desafio posto à fundadora da instituição no princípio da década de 1970 para iniciar um trabalho voltado para o atendimento educacional das pessoas com deficiências deixou grandes frutos e, até o ano de 2012, manteve seu compromisso de prestar um serviço de qualidade a todos que chegassem à escola.

Hoje, a escola não recebe mais pessoas de outras cidades, devido ao crescimento dos Centros de Atendimento Educacional Especializado e a inclusão escolar. Contudo, houve mudanças dentro da instituição, que passou e passa por alterações na forma de atendimento para cumprir as leis vigentes que, a partir de 1999, sugerem a prática de uma educação inclusiva pelas escolas, modificando o perfil de atendimentos prestados até o início desta década.

Assim, podemos identificar no cenário goiano que o pioneirismo e o comprometimento foram as duas grandes marcas dessa instituição. A realidade da escola caminha de forma articulada à história goiana de pioneirismo nos estudos, nos programas e no atendimento às pessoas com deficiência.

8 CONCLUSÃO

Por meio da realização da pesquisa, constatamos a importância da escola para o cenário da Educação Especial do estado de Goiás, prestando serviços não só para pessoas da cidade como para as pessoas das cidades vizinhas, atendendo, ao longo dos seus 45 anos, milhares de pessoas que tiveram a oportunidade de serem acolhidas e escolarizadas.

Desse modo, concluímos este trabalho refletindo sobre a Educação Especial em Goiás, os passos conquistados até aqui em trabalhos como esse e o quanto ainda é preciso ampliar e aperfeiçoar o atendimento às pessoas com deficiência para que todas tenham escolarização e possam conseguir de fato o que a constituição garante como direito ao acesso à educação de qualidade.

Para tanto, é preciso que nós comecemos a nos conscientizar e nos mobilizemos para buscar recursos e meios para que todos tenham não só acesso, mas, acima de tudo, qualidade de atendimento, recursos pedagógicos e financeiros.

Assim, acreditamos que para conseguir lapidar a qualidade da educação oferecida aos alunos com deficiência na Educação Especial não só em Goiás, mas em todo Brasil, é preciso mobilizar os professores e contar com o trabalho de cada um para o desenvolvimento de planejamento e ações que vá além das paredes da sala de aula e seja mais pautado em discussões e reflexões sobre a importância e os benefícios do processo de aprendizagem das pessoas com deficiências e sobre como o atendimento de qualidade pode interferir positivamente na vida de cada um e gerar frutos como os narrados ao longo deste texto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. de. **Do especial ao inclusivo?: um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás no município de Goiânia**. Faculdade de Educação. 2003. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ALMEIDA, G. de S. **Uma escola inclusiva de referência no contexto da Educação Especial no estado de Goiás: um estudo de caso**. Faculdade de Educação. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2006.

ASSOCIAÇÃO Adelino de Carvalho. Disponível em: <<http://www.adelino.org.br/index.php>>. Acesso em: 23/05/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF, 2008.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>> Acesso em: abr. 2010.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. **Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns.** Projeto de Pesquisa – Observatório da Educação, Edital nº 38/2010. Brasília: CAPES/INEP. 2010a.

_____. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía.** v. 22, n. 57, mai./ago., 2010b.

MENDES JÚNIOR, E.; TOSTA, E. I. L. 50 anos de políticas de Educação Especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos. **Anais... IX ANPED SUL**, 2012.

REZENDE, A. M. de M. **Escola inclusiva na rede estadual de ensino no município de Rio Verde/GO.** Faculdade de Educação. 2008. 229 f. Dissertação (Mestra em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2008.

SANTOS, M. C. D. dos. Educação Especial e inclusão: por uma perspectiva universal. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 277-289, jul/dez., 2013.

TARTUCI, D.; CARDOSO, C. R.; FREITAS, A. de O. Serviços de Educação Especial em Goiás: o que dizem as diretrizes políticas de inclusão sobre as atribuições de seus professores. I SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, SEDPcDiversitas/USP Legal, 2013. **Anais...** São Paulo: SEDPcDiversitas/USP Legal, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2009.

